

## Relatório do GT Governança da CPAMP – nº 001-2020

### Anexo II – Minuta de Portaria do MME

#### PORTARIA Nº XXX, DE XX DE XXXX DE XXXX

O **MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso II e parágrafo único, do Anexo I ao Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019, no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, e na Resolução nº X, de XX de XXXXX de XXXX, do Conselho Nacional de Política Energética, e o que consta do Processo nº XXXXXX/XXX-XX, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico - CPAMP, com a finalidade de garantir coerência e integração das metodologias e programas computacionais utilizados pelo Ministério de Minas e Energia - MME, pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

§ 1º Compete à CPAMP propor aprimoramentos às metodologias e aos parâmetros associados à representação do sistema físico, bem como à construção da política de operação dos programas computacionais de suporte ao planejamento da expansão, ao cálculo de garantia física, ao planejamento e à programação da operação eletroenergética e de formação de preço no setor de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução CNPE nº XX de XXXX de XXXX.

§ 2º Sob demanda do MME, a CPAMP poderá realizar estudos sobre diretrizes gerais para metodologias e modelos de suporte ao planejamento da expansão, ao cálculo de garantia física, ao planejamento e à programação da operação e formação de preço no setor elétrico que possam afetar a coerência de que trata o **caput**.

Art. 2º A CPAMP é composta pelos Órgãos e pelas Entidades abaixo indicados:

I - do Ministério de Minas e Energia:

- a) Secretaria-Executiva, que a coordenará;
- b) Secretaria de Energia Elétrica; e
- c) Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético.

II - Agência Nacional de Energia Elétrica;

III - Empresa de Pesquisa Energética;

IV - Operador Nacional do Sistema Elétrico; e

V - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

§ 1º A Secretaria Executiva da CPAMP será exercida pela Secretaria-Executiva do MME.

§ 2º Os Órgãos e as Entidades elencados no **caput** indicarão à Secretaria-Executiva da CPAMP os seus representantes, titular e suplente.

§ 3º A CPAMP reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário e sempre que se fizer necessário em caráter extraordinário, neste caso por proposição fundamentada de um ou mais dos seus membros.

§ 4º O quórum para realização das reuniões da CPAMP é de maioria absoluta.

§ 5º Os encaminhamentos sob competência da CPAMP deverão ser aprovados, preferencialmente, por consenso.

§ 6º Em não havendo consenso nas aprovações dos encaminhamentos de que trata o § 5º do art. 2º, estas se darão por maioria simples, tendo o Coordenador ou seu suplente, além do voto ordinário, o voto de qualidade.

§ 7º A coordenação poderá convidar para participar de reuniões da CPAMP, dentre outros, representantes de instituições públicas e privadas, bem como consultores e técnicos do setor elétrico, em caráter consultivo.

§ 8º A coordenação da CPAMP convidará, a cada quatro meses, associações de agentes setoriais para participarem de reuniões, específicas e sem direito a voto, com vistas a possibilitar envolvimento do setor elétrico nas discussões dessa Comissão.

§ 9º A coordenação ouvirá agentes setoriais na definição anual das atividades da CPAMP.

§ 10 O MME divulgará cronograma de trabalhos proposto pela CPAMP até 31 de agosto de cada ano e sempre que houver atualizações.

Art. 3º Os Órgãos e Entidades elencadas no art. 2º indicarão à Secretaria-Executiva da CPAMP representantes, titular e suplente, para desenvolver trabalhos com vistas a subsidiar tecnicamente a CPAMP na proposição dos aprimoramentos metodológicos e de parâmetros de que trata o § 1º do art. 1º.

§ 1º Os trabalhos de que trata o **caput** serão coordenados por Órgão ou Entidade contemplado no art. 2º, definido pela CPAMP.

§ 2º A coordenação de que trata o § 1º poderá convidar para participar de reuniões técnicas, específicas e sem direito a voto, representantes de instituições públicas e privadas, bem como consultores e técnicos do setor elétrico, em caráter consultivo.

§ 3º A(s) instituição(ões) desenvolvedora(s) dos modelos oficiais de que trata o §1º do art. 1º poderá(ão) participar das reuniões e discussões técnicas e prestará(ão) a assessoria necessária aos trabalhos.

§ 4º O ONS, a CCEE e a EPE deverão estabelecer mecanismos de gestão junto às instituições que trata o § 3º de forma a garantir a implementação dos aprimoramentos conforme cronograma de que trata o § 10 do art. 2º, bem como a disponibilização dos respectivos relatórios técnicos com a descrição metodológica.

§ 5º A coordenação de que trata o § 1º deverá encaminhar e apresentar os resultados dos trabalhos à CPAMP, conforme cronograma de que trata o § 10 do art. 2º.

Art. 4º Para a realização de estudos específicos vinculados aos objetos de trabalho da Comissão poderão ser constituídos Grupos de Trabalho, na seguinte forma:

- I - serão instituídos por ato do MME;
- II - não poderão ter mais de cinco membros;
- III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e
- IV - estão limitados a cinco grupos operando simultaneamente.

Parágrafo Único. Os Grupos de Trabalho poderão convidar para participar de reuniões representantes de instituições públicas e privadas, bem como consultores e técnicos do setor elétrico.

Art. 5º A CPAMP é, pela natureza da sua finalidade e o caráter permanente das competências que lhe são afetas, um colegiado de duração indeterminada.

§ 1º As reuniões cujos membros estejam em entes federativos diversos serão realizadas por videoconferência.

§ 2º Eventuais despesas com diárias e passagens dos membros da referida Comissão e dos Grupos de Trabalho correrão à conta dos Órgãos e Entidades que representam.

§ 3º A participação na CPAMP não será remunerada.

Art. 6º As proposições aprovadas pela CPAMP, que serão consubstanciadas em atas, juntamente com a documentação associada, serão encaminhadas pela Secretaria-Executiva da CPAMP às autoridades máximas dos Órgãos e Entidades que compõem a CPAMP e divulgados pelo MME.

Art. 7º A CPAMP aprovará seu regimento interno em até cento e oitenta dias, contados da data de publicação desta Portaria, estabelecendo as normas e procedimentos operacionais para o seu funcionamento.

Art. 8º Fica revogada a Portaria MME nº 282, de 15 de julho de 2019.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**BENTO ALBUQUERQUE**